

XVI INSIGHTS

PUBLICAÇÃO 08

ERPs, dados e integração na saúde suplementar

Como a tecnologia deixa de ser backoffice e passa a sustentar a infraestrutura financeira assistencial.

XVI Capital | Junho de 2026



XVI Insights | Publicação 08

ERPs, dados e integração na saúde suplementar

Como a tecnologia deixa de ser backoffice e passa a sustentar a infraestrutura financeira assistencial.

Publicação institucional | XVI Capital | Junho de 2026

“

**O ERP deixa de ser apenas sistema operacional
e passa a ser a camada de dados
da infraestrutura financeira da saúde.**

”

Esta publicação discute por que a qualidade dos dados e a integração dos ERPs serão decisivas para a próxima etapa da infraestrutura financeira da saúde suplementar.

1. Tecnologia deixa de ser apenas suporte operacional

Durante muitos anos, os sistemas de gestão da saúde suplementar foram tratados principalmente como ferramentas de backoffice. Sua função era registrar produção, contas médicas, notas fiscais, glosas, pagamentos e rotinas administrativas.

Essa função continua importante. Mas ela já não é suficiente.

À medida que recebíveis passam a ser analisados como ativos financeiros, a qualidade, a integridade e a disponibilidade dos dados se tornam elementos centrais da infraestrutura financeira do setor. O ERP deixa de ser apenas o local onde a informação é armazenada e passa a ser uma das principais fontes de validação, elegibilidade, conciliação e governança.

Nesse novo contexto, a pergunta estratégica não é apenas se a instituição possui um sistema. A pergunta é se esse sistema consegue sustentar uma jornada integrada entre assistência, faturamento, recebíveis, cessão, liquidação e baixa financeira.

TESE CENTRAL

A infraestrutura financeira da saúde suplementar dependerá menos de processos manuais e mais da capacidade de transformar dados operacionais em informações confiáveis, integradas e auditáveis.

O novo papel dos ERPs na saúde suplementar

A tecnologia deixa de apenas registrar eventos e passa a conectar assistência, pagamentos, recebíveis e liquidez.

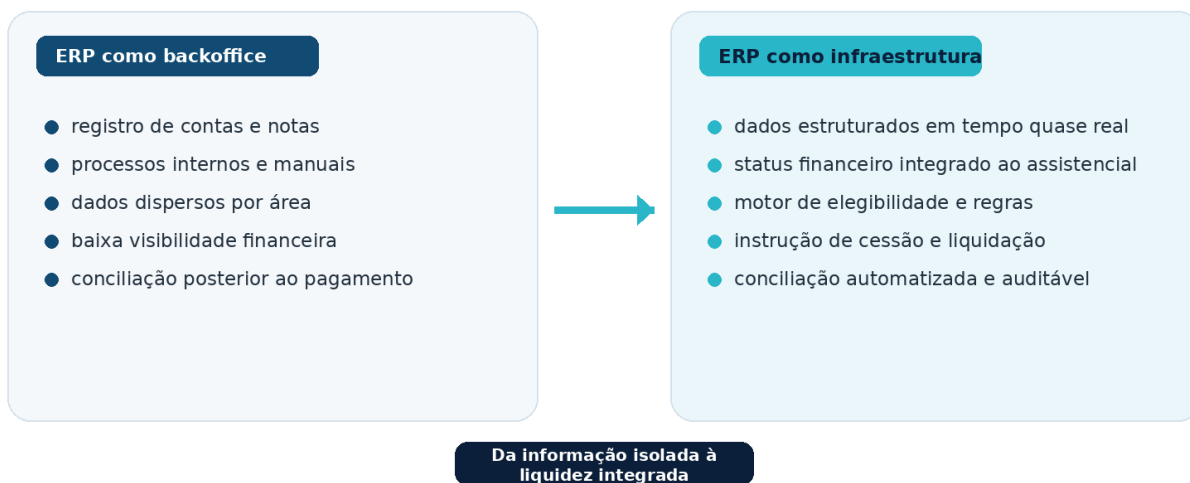


Figura 1 - A tecnologia evolui de backoffice para infraestrutura financeira.

2. O dado assistencial é o ponto de partida do recebível financeiro

Na saúde, o recebível financeiro nasce de um evento assistencial. Uma consulta, um exame, uma terapia ou uma internação gera informações clínicas, operacionais e administrativas que depois se convertem em faturamento, auditoria, nota fiscal, prazo de pagamento e liquidação financeira.

Quando essa jornada é fragmentada, o recebível perde qualidade. A ausência de status padronizado, campos incompletos, divergências entre valor bruto e valor líquido, glosas não tratadas e baixa rastreabilidade dificultam a análise de risco, a cessão, a cobrança e a conciliação.

Quando a jornada é integrada, o recebível ganha outra natureza. Ele pode ser identificado, validado, monitorado e financiado com muito mais segurança, porque existe uma trilha operacional capaz de conectar origem, valor, devedor, prazo, titularidade e pagamento.

Da assistência ao recebível financeiro

A qualidade do dado define a capacidade de transformar um evento assistencial em ativo financeiro com governança.

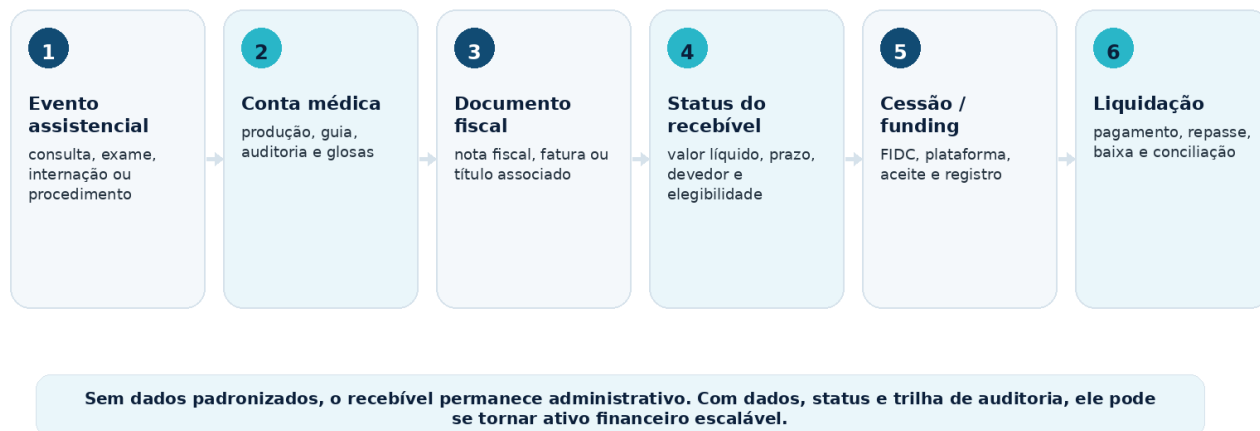


Figura 2 - A jornada do dado assistencial até o recebível financeiro.

3. A integração entre sistemas é o que permite escala

Programas de liquidez para a rede prestadora não escalam com planilhas isoladas, e-mails manuais e conciliações paralelas. Eles precisam de uma arquitetura que conecte sistemas assistenciais, financeiros, jurídicos e de mercado de capitais.

Isso não significa substituir todos os sistemas existentes. Significa criar uma camada de integração capaz de extrair, padronizar, validar e compartilhar os dados relevantes para cada etapa do processo.

A operadora precisa saber o que foi produzido, o que foi validado, o que foi glosado, qual é o valor líquido reconhecido e qual a previsão de pagamento. O prestador precisa ter visibilidade sobre seus recebíveis e condições de liquidez. A plataforma financeira precisa conhecer elegibilidade, risco e documentação. O FIDC e seus prestadores de serviço precisam de lastro, trilha de auditoria e conciliação.

Arquitetura de integração para programas de liquidez

A escala exige conexão entre sistemas assistenciais, financeiros, jurídicos e de mercado de capitais.



Figura 3 - Arquitetura de integração entre ERP, plataforma, fonte pagadora e funding.

4. Da digitalização à maturidade de infraestrutura

Digitalizar não é o mesmo que integrar. Muitas instituições já possuem sistemas robustos, mas ainda operam fluxos financeiros relevantes com baixa interoperabilidade entre áreas, bases e parceiros externos.

A maturidade tecnológica da infraestrutura financeira pode ser observada em estágios. No primeiro, predominam planilhas, e-mails e controles manuais. No segundo, os dados estão no ERP, mas ainda são pouco compartilhados. No terceiro, APIs, regras e status começam a conectar atores. No quarto, programas de liquidez passam a operar em escala. No quinto, dados, alertas, automação e inteligência artificial apoiam a gestão de exceções, risco e cobrança.

Essa evolução exige método. A instituição precisa definir quais dados são essenciais, quem é dono de cada informação, como os status serão atualizados, quais exceções serão tratadas manualmente e quais processos podem ser automatizados.

Maturidade tecnológica da infraestrutura financeira

A evolução não acontece de uma vez. Ela passa por estágios de dados, processos, integração e inteligência.



Figura 4 - Estágios de maturidade tecnológica da infraestrutura financeira.

5. Governança tecnológica é condição de segurança

Quanto maior a integração, maior a necessidade de governança. Dados financeiros e assistenciais exigem controle de acesso, base legal, trilhas de auditoria, padronização de campos, regras de atualização e responsabilidades bem definidas.

No contexto de programas de liquidez, a tecnologia precisa reduzir risco, não ampliá-lo. Isso envolve qualidade do dado, segurança da informação, aderência à LGPD, documentação adequada, tratamento de exceções e clareza sobre os limites de atuação de cada agente.

A integração também precisa respeitar a lógica operacional da fonte pagadora. Uma operadora não deve assumir risco indevido por permitir maior previsibilidade ao fluxo financeiro. O desenho tecnológico deve preservar governança, autonomia operacional e rastreabilidade das instruções.

Pontos críticos de governança tecnológica

O sucesso da integração depende de controles claros para evitar ruído operacional, jurídico e financeiro.



Figura 5 - Pontos críticos de governança tecnológica em programas de liquidez.

6. O papel da inteligência artificial

A inteligência artificial pode ter papel relevante nessa agenda, desde que aplicada de forma prudente, auditável e integrada aos controles humanos. Seu valor não está em substituir a governança, mas em ampliar a capacidade de leitura, alerta e priorização.

Na prática, modelos de IA podem apoiar classificação de documentos, identificação de inconsistências, leitura de contratos, análise de comportamento de pagamento, cobrança preventiva, comunicação com prestadores e detecção de exceções operacionais.

No entanto, a IA depende da qualidade do dado de origem. Sem bases organizadas, integrações consistentes e regras claras, a automação tende a apenas acelerar erros. Por isso, a primeira etapa da transformação tecnológica continua sendo a organização da arquitetura de dados.

PERGUNTA PARA LIDERANÇA

A instituição está apenas acumulando dados em seus sistemas ou está transformando esses dados em capacidade de decisão, liquidez e governança?

7. Uma agenda executiva para ERPs e integração

A construção dessa agenda deve começar por um diagnóstico objetivo dos sistemas e fluxos existentes. É necessário mapear onde estão os dados, como são atualizados, quais campos são obrigatórios, quais status são confiáveis e onde surgem as principais divergências entre assistencial, financeiro, jurídico e tecnologia.

Em seguida, recomenda-se a construção de um dicionário de dados comum. Sem linguagem padronizada, cada área interpreta o recebível de uma forma diferente, dificultando elegibilidade, cessão, pagamento e conciliação.

A partir daí, a instituição pode avançar para pilotos controlados, integrando prestadores selecionados, recebíveis elegíveis, regras de liquidez, conta vinculada, cessão e baixa financeira. A escala deve vir depois da validação operacional.

Roadmap executivo para integração de dados e ERPs

A jornada deve começar pelo desenho de dados e evoluir para pilotos, integração e escala.

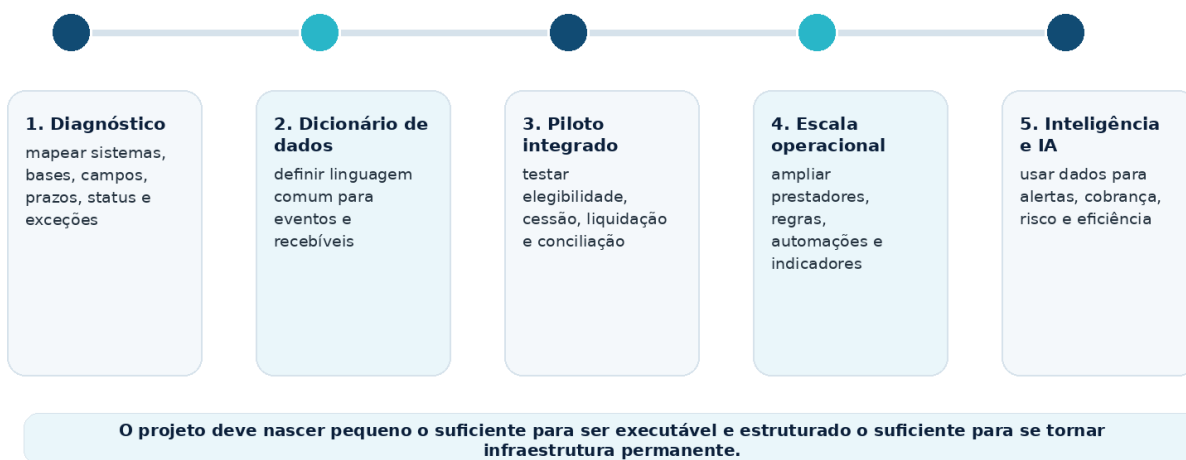


Figura 6 - Roadmap executivo para integração de dados e ERPs.

8. O papel da XVI Capital e do Atrium Finance

A XVI Capital entende que a infraestrutura financeira da saúde suplementar dependerá de uma combinação entre conhecimento setorial, arquitetura de dados, tecnologia, governança jurídica e mercado de capitais.

O Atrium Finance se insere nesse contexto como uma solução voltada a conectar recebíveis assistenciais, rede prestadora, fontes pagadoras, investidores e infraestrutura operacional. Para que esse modelo funcione em escala, os ERPs e as integrações passam a ser elementos centrais.

A contribuição da XVI Capital está em estruturar essa jornada: mapear os fluxos, identificar pontos críticos de dados, desenhar regras de elegibilidade, organizar governança, conectar parceiros tecnológicos e estruturar soluções financeiras aderentes à realidade da saúde suplementar.

VISÃO DA XVI CAPITAL

O diferencial competitivo não estará apenas em possuir tecnologia, mas em transformar tecnologia em infraestrutura financeira confiável, auditável e escalável.

Perguntas para Conselhos, Diretorias e TI

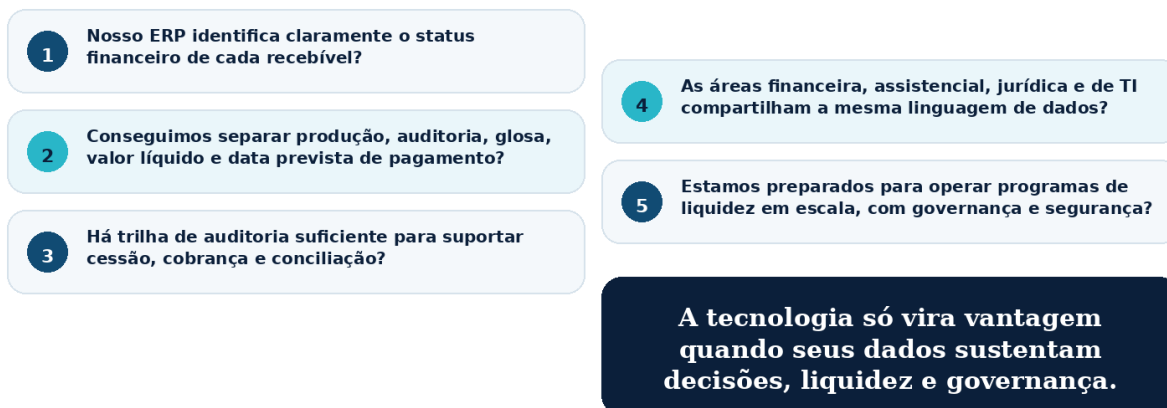


Figura 7 - Perguntas para orientar a agenda executiva de integração.

Conclusão

A próxima etapa da infraestrutura financeira da saúde suplementar será profundamente tecnológica. Mas não será uma transformação meramente digital. Será uma transformação de dados, integração, governança e capacidade de execução.

ERPs, APIs, plataformas financeiras, registradoras, contas vinculadas, sistemas de cobrança e ferramentas de inteligência deixarão de atuar como componentes isolados. Passarão a compor uma arquitetura integrada para transformar eventos assistenciais em recebíveis mais organizados, financiáveis e conciliáveis.

Instituições que avançarem nessa direção poderão reduzir atritos, ampliar previsibilidade, fortalecer a rede prestadora e criar uma base mais robusta para programas de liquidez. Instituições que permanecerem presas a fluxos fragmentados continuarão enfrentando custos invisíveis de capital de giro, retrabalho e baixa escalabilidade financeira.

A tecnologia, nesse contexto, deixa de ser suporte. Passa a ser infraestrutura.

Notas e referências

Esta publicação possui natureza institucional e estratégica. Não constitui oferta pública de valores mobiliários, recomendação de investimento, consultoria jurídica, regulatória, contábil ou tributária. As interpretações apresentadas refletem a visão da XVI Capital sobre tendências estruturais da saúde suplementar e seus possíveis impactos para ERPs, plataformas, dados, governança e mercado de capitais.

- Banco Central do Brasil. Informações institucionais sobre infraestrutura de pagamentos, Open Finance, Drex e arranjos de pagamento.
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Dados e publicações institucionais sobre o setor de saúde suplementar.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Normas e informações sobre fundos de investimento e mercado de capitais.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.